

Nota de imprensa

União Europeia: qualquer regressão na Política de Coesão é “inadmissível”, diz CDS-PP

Para o CDS-PP Açores, a União Europeia deve primar por “uma Política de Coesão que olhe por todos os territórios e que garanta que as especificidades inerentes ao estatuto de ultraperiferia sejam acauteladas em futuros instrumentos de apoio”.

O Deputado Jorge Paiva falava durante o debate de uma iniciativa subscrita conjuntamente pelas bancadas parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM, aprovada nesta sexta-feira pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, advogando “um Quadro Financeiro Plurianual com Políticas de Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que mantenham as especificidades das Regiões Ultraperiféricas”.

“Ter uma Política de Coesão forte, flexível e ágil é a única forma da União Europeia respeitar os seus objetivos fundadores de olhar para todos os territórios com equidade e solidariedade”, venceu.

Tal implica o reconhecimento, por parte das instituições europeias, da existência dessa diversidade, e uma sensibilidade orientada a “responder aos condicionalismos naturais que, por exemplo, condicionam as regiões ultraperiféricas como os Açores”.

O debate sobre esta matéria ocorre “numa altura em que a Europa vive uma série de desafios, sobretudo em matéria de defesa”, sendo assim “previsível o reforço de investimentos nesse setor”. O CDS-PP rejeita, porém, que tal seja “feito à custa de hipotéticos custos no quadro financeiro de apoio à coesão, à agricultura ou às pescas”.

“Não podemos admitir regressões à Política de Coesão que acabariam por agravar ainda mais as circunstâncias naturais que afetam o nosso desenvolvimento”, defendeu Jorge Paiva.

Assim, o CDS-PP associa-se aos parceiros de Coligação PSD e PPM para propor “uma frente insular unida”, para que “não tenhamos surpresas desanimadoras quanto à definição da Política de Coesão no pós-2027” e para que “o nosso entendimento sobre esta matéria, bem elucidado nos pontos resolutivos apresentados na iniciativa, tenha real impacto junto do Governo da República e das instituições europeias”.

“Defendemos uma Política de Coesão que preveja um programa de apoio aos transportes, corrigindo o impacto da condição arquipelágica na mobilidade de pessoas, bens e mercadorias”, declarou Jorge Paiva.

Por outro lado, importa que os normativos comunitários “valorizem as atividades agrícola e piscatória, dando condições para que caminhemos, nos Açores, para uma situação de autossuficiência alimentar sem estarmos tão dependentes do mercado externo”.

O parlamentar do CDS-PP advertiu para os riscos inerentes a uma possível “redução de verbas para a Política de Coesão” a par de uma indesejável “centralização na gestão dos fundos”, que poria em causa a convergência económica e social da União Europeia.

“Opomo-nos a qualquer tentativa que vise a centralização da Política de Coesão e que reduza o papel de entidades regionais e locais”, pois tal “vai contra o princípio da subsidiariedade”.

“Acreditamos nas vantagens de uma governação multinível e descentralizada dos fundos”, disse Jorge Paiva, “porque é localmente que se conhecem as necessidades específicas dos territórios, e não a partir de Bruxelas ou das capitais europeias”.

O Deputado Jorge Paiva reiterou que “a Coesão não pode ser vista como parente pobre do quadro financeiro plurianual da UE, nem pode estar sob pressão”.

Horta, 13 de dezembro de 2024